

Bancos podem antecipar recursos

por Celso Pinto
de Brasília

E possível que os bancos internacionais decidam liberar o empréstimo ao Brasil, hoje retido, antes da assinatura do novo acordo com o FMI, em outubro.

Há indicações de que William Rhodes, presidente do comitê de assessoramento dos bancos, está trabalhando nesta direção, embora haja resistências de alguns bancos. O comitê reúne-se em Nova York, provavelmente na próxima quinta-feira. A missão de economistas dos bancos que está em Brasília retorna para Nova York na terça-feira.

Há duas parcelas retidas, num total de US\$ 1,2 bilhão, do empréstimo "jumbo" acertado pelos bancos internacionais no início do ano. Este empréstimo está vinculado ao cumprimento pelo Brasil do acordo com o FMI. Quando o Fundo suspendeu a liberação de seu empréstimo ao Brasil, por não cumprimento de metas, os bancos também deixaram

de liberar os recursos acertados.

A rigor, portanto, a liberação dos recursos dependeria da assinatura da nova carta ou, pelo menos, de um firme endosso do diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière. O ministro Delfim Netto foi tentar apressar o "ok" de Larosière, mas é incerto saber até que ponto haverá disposição de compromisso, antes de a nova carta chegar ao "board" — provavelmente em meados de setembro.

Há indicações, de toda forma, de que Rhodes tende a considerar os resultados da rodada de discussões técnicas do Fundo em Brasília como base suficiente para a liberação. Três economistas do comitê de assessoramento vie-

ram ao País logo após a saída da missão do Fundo, para checar números e metas. É fato que o fracasso do primeiro acordo do FMI com o Brasil tornou os bancos muito mais cautelosos. A credibilidade do Fundo saiu um pouco arranhada, e, por esta razão, alguns bancos insistem em vincular qualquer liberação de recursos à assinatura formal do novo acordo.

A liberação antecipada, no entanto, não interessa apenas ao Brasil. Na verdade, liberar o US\$ 1,2 bilhão seria a única forma de os bancos evitarem que a atual situação de moratória "de fato" do Brasil, com a suspensão do pagamento de juros, im- que prejuízos nos balanços bancários do terceiro trimestre.